



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.610 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1,4 milhão de cotas ativas e 1,3 milhão de bens entregues.

Em 28 de abril de 2017, foi firmado Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre a Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Sociedade Incorporadora) e Kirton Administradora de Consórcio Ltda. (Sociedade Incorporada).

No semestre a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 640.321 mil, correspondente a R\$ 322,52 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 4.352.255 mil, Ativos Totais de R\$ 5.642.217 mil e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 847.991 mil, com crescimento 17,2% em relação ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

	30.6.2017	31.12.2016		30.6.2017	31.12.2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	4.516.350	3.716.397	CIRCULANTE	1.285.198	983.038
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.285.198	983.038
DERIVATIVOS (Nota 6)	4.468.345	3.647.414	Sociais e Estatutárias	576.805	379.800
Carteira Própria	4.468.345	3.647.414	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	210.048	199.411
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	47.952	68.975	Diversas (Nota 12b)	498.345	403.827
Rendas a Receber	3	-			
Créditos Específicos	20.581	10.828	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.764	5.324
Diversos	27.368	58.147	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.764	5.324
OUTROS VALORES E BENS	53	8	Diversas (Nota 12b)	4.764	5.324
Despesas Antecipadas	53	8			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.095.263	1.000.166			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	4.352.255	3.761.599
DERIVATIVOS (Nota 6)	1.051.215	990.745	Capital:		
Carteira Própria	1.051.215	990.745	- De Domiciliados no País	1.985.374	1.470.000
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	44.048	9.420	Reservas de Lucros	2.366.407	2.292.369
Diversos	44.048	9.420	Ajustes de Avaliação Patrimonial	474	(770)
OUTROS VALORES E BENS	-	1			
Despesas Antecipadas	-	1			
PERMANENTE	30.604	33.398			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1			
Outros Investimentos	312	312			
Provisões para Perdas	(311)	(311)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	694	426			
Outras Imobilizações de Uso	2.780	3.307			
Depreciações Acumuladas	(2.086)	(2.881)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	29.909	32.971			
Ativos Intangíveis	65.057	62.568			
Amortização Acumulada	(35.148)	(29.597)			
TOTAL	5.642.217	4.749.961	TOTAL	5.642.217	4.749.961

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º Semestre 2017	2º Semestre 2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	267.258	264.951
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	267.258	264.951
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	267.258	264.951
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	681.906	513.926
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)	847.991	723.637
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(15.360)	(14.499)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(26.106)	(32.884)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(110.355)	(95.061)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	31.772	13.953
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(46.036)	(81.220)
RESULTADO OPERACIONAL	949.164	778.877
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	14.995	25.917
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	964.159	804.794
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24a e b)	(323.838)	(265.363)
Provisão para Imposto de Renda	(236.308)	(191.765)
Provisão para Contribuição Social	(87.664)	(74.172)
Ativo Fiscal Diferido	134	574
LUCRO LÍQUIDO	640.321	539.431
Número de cotas (Nota 13a e b)	1.985.373.884	1.470.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	322,52	366,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
Saldo em 30.6.2016	1.470.000	-	120.345	1.637.718	-	-	3.228.063
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(770)	-	(770)
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	539.431	539.431
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:							
- Reservas	-	-	26.971	507.335	-	(534.306)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(5.125)	(5.125)
Saldo em 31.12.2016	1.470.000	-	147.316	2.145.053	(770)	-	3.761.599
Aumento de Capital com Dividendos Exercício 2015 (Nota 13b)	-	370.000	-	-	-	-	370.000
Aumento de Capital por Incorporação (Nota 2)	145.374	-	-	-	-	-	145.374
Complemento de Dividendos exercício 2016 (Nota 13d)	-	-	-	(560.200)	-	-	(560.200)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	1.244	-	1.244
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	640.321	640.321
Destinações:							
- Reservas	-	-	32.016	602.222	-	(634.238)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(6.083)	(6.083)
Saldo em 30.6.2017	1.615.374	370.000	179.332	2.187.075	474	-	4.352.255

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º Semestre 2017	2º Semestre 2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	964.159	804.794
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	8.067	5.737
Depreciações e Amortizações	5.612	5.540
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.455	197
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	972.226	810.531
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	951.264
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	(626.977)	(596.348)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(4.853)	18.253
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	59.083	(31.452)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(338.201)	(128.694)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	61.278	1.023.554
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(207)	(209)
Alienação de Imobilizado de Uso	3	-
Aquisição de Intangível	(2.489)	(1.433)
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(58.585)	(991.912)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(61.278)	(993.554)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	-	(30.000)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(30.000)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

	1º Semestre 2017	2º Semestre 2016
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.821.482	5.704.056
Aplicações Financeiras	1.057.339	984.663
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	4.764.143	4.719.393
(+) RECURSOS COLETADOS	6.605.332	5.333.690
Contribuições para Aquisição de Bens	4.536.404	4.126.256
Taxa de Administração	689.344	610.124
Contribuições ao Fundo de Reserva	134.720	122.066
Rendimentos de Aplicações Financeiras	203.937	233.356
Multas e Juros Moratórios	18.776	15.989
Prêmios de Seguro	111.319	97.983
Custas Judiciais	2.248	9.621
Outros (1)	908.584	118.295
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(5.641.290)	(5.216.264)
Aquisição de Bens	(4.227.598)	(4.008.125)
Taxa de Administração	(701.951)	(629.173)
Multas e Juros Moratórios	(9.266)	(7.951)
Prêmios de Seguro	(112.237)	(98.775)
Custas Judiciais	(1.973)	(9.642)
Seguros Contratados - Quebra de Garantia	(69.569)	(56.102)
Devolução a Consorciados Desligados	(307.637)	(260.420)
Outros	(211.059)	(146.076)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	6.785.524	5.821.482
Aplicações Financeiras	989.285	1.057.339
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	5.796.239	4.764.143

(1) Em Abril/2017 foi Incorporado o saldo da empresa Kirton Consórcio no valor de R\$ 829.060 mil, o qual demonstramos na Linha Outros de Recursos Coletados (Nota 2).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.985.374 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.470.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.985.373.884 (31 de dezembro de 2016 - 1.470.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2016	1.470.000.000	1.470.000
Aumento de capital (Incorporação da Kirton) (Nota 2).....	145.373.884	145.374
Aumento de capital (1).....	370.000.000	370.000
Em 30 de junho de 2017	1.985.373.884	1.985.374

(1) Em 30 de abril de 2017 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, homologado pelo BACEN em 5 de julho de 2017, deliberou o aumento do capital social em R\$ 370.000 mil, oriundos dos dividendos declarados no Instrumento de Alteração do Contrato Social de 29 de abril de 2016.

c) Reservas de lucros

	30.6.2017	31.12.2016
Reservas de lucros	2.366.407	2.292.369
- Reserva legal (1).....	179.332	147.316
- Reserva estatutária (2).....	2.187.075	2.145.053

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião dos Sócios-Cotistas de 2 de maio de 2017, os dividendos do exercício de 2016, foram complementados em R\$ 560.200 mil.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres:

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Lucro Líquido.....	640.321	539.431
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(32.016)	(26.971)
Base de cálculo	608.305	512.460
Dividendos propostos.....	6.083	5.125
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em reais por lote de mil cotas.....	3,06	3,49

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Taxa de administração de grupos de consórcios.....	747.669	644.188
Taxa de permanência (1).....	100.322	79.449
Total	847.991	723.637

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

15) DESPESA DE PESSOAL

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Proventos.....	6.583	6.803
Benefícios.....	4.913	3.335
Encargos sociais.....	2.263	3.355
Participação dos empregados nos lucros.....	1.056	925
Outras.....	545	81
Total	15.360	14.499

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Serviços técnicos especializados.....	7.567	4.404
Comunicações.....	6.018	4.993
Depreciações e amortizações.....	5.612	5.540
Processamentos de dados.....	2.902	2.800
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.095	6.963
Viagens.....	779	962
Transportes.....	597	547
Material.....	316	200
Aluguéis.....	290	225
Manutenção e conservação de bens.....	138	142
Contribuições filantrópicas.....	-	5.648
Outras.....	792	460
Total	26.106	32.884

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Contribuição à COFINS.....	77.958	67.992
Contribuição ao PIS.....	16.341	14.182
Impostos sobre serviços - ISS.....	16.056	12.884
Outros.....	-	3
Total	110.355	95.061

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Recuperação de despesas - taxas (1).....	26.780	11.571
Reversão de provisão.....	3.421	2.086
Outras.....	1.571	296
Total	31.772	13.953

(1) Referem-se a taxas de vitórias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran.....	9.421	7.917
Patrocínio.....	8.279	8.357
Custas.....	5.002	18.105
Comissões sobre vendas.....	4.293	33.397
Despesas financeiras (1).....	3.354	-
Gravames.....	3.231	3.148
Provisões cíveis.....	3.025	157
Vistoria.....	2.544	1.800
Taxa de avaliação.....	1.842	1.692
Provisão de honorários advocatícios.....	1.521	-
Outras.....	3.524	6.647
Total	46.036	81.220

(1) Referem-se à atualização da taxa Selic sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social pagos em março de 2017.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Taxas (1).....	14.507	25.555
Descontos obtidos.....	173	357
Outras.....	315	5
Total	14.995	25.917

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências e substituição.

21) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 6.785.524 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 5.821.482 mil), estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimentos - Banco Bradesco S.A., no 1º semestre de 2017 foi de R\$ 86.165 mil (2º semestre de 2016 - R\$ 79.328 mil).

22) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	30.6.2017	31.12.2016
Grupos em andamento.....	3.610	3.561
Grupos encerrados.....	2.928	2.740
Bens entregues nos semestres.....	102.939	99.752
Bens entregues totais.....	1.291.102	1.101.279
Consorticiados ativos.....	1.384.333	1.284.082
Desistentes e cancelados nos semestres.....	127.483	110.648
Consórcios contemplados (1).....	755.271	685.247
Bens pendentes de entrega.....	59.682	71.927
Taxa média de inadimplência (2).....	3,67%	3,78%

(1) Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram considerados somente consorciados de grupos em andamento; e
(2) Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o % de inadimplência refere-se a consorciados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na data-base.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	30.6.2017	31.12.2016
Controlador		
Ativos		
Títulos e valores mobiliários.....	1.051.215	990.745
Passivos		
Dividendos a pagar.....	576.805	379.800
Controlador		
1º sem. 2017	58.585	74.586
2º sem. 2016	(290)	(224)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.600 mil (2016 - R\$ 2.300 mil) para remuneração dos administradores e de R\$ 3.700 mil (2016 - R\$ 1.300 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Proventos.....	1.207	1.372
Total	1.207	1.372

Benefícios pós-emprego

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.496	664
Total	1.496	664

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	964.159	804.794
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(327.814)	(273.630)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	8.730	(6.002)
Outros valores	(4.754)	14.269
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(323.838)	(265.363)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(323.910)	(265.936)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias.....	72	573
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(323.838)	(265.363)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil				
	Saldo em 31.12.2016	Saldo oriundo de incorporação da Kirton (Nota 2)	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	104	117	102	26	297
Provisão para contingências cíveis	1.278	170	942	627	1.763
Provisão para perda de investimento	109	-	-	-	109
Outros (1)	1.764	2.095	843	1.162	3.540
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.255	2.382	1.887	1.815	5.709
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	397	-	-	397	-
Total dos créditos tributários (Nota 7).....	3.652	2.382	1.887	2.212	5.709

(1) Refere-se essencialmente à provisão de honorários, pagamentos a efetuar e bonificações de dirigentes.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017.....	375	135	510
2018.....	1.263	454	1.717
2019.....	1.638	589	2.227
2020.....	742	267	1.009
2021.....	180	66	246
Total	4.198	1.511	5.709

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 5.439 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 3.085 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

e) Não houve outros eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores Vice-Presidentes
Domingos Figueiredo de Abreu
Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano

Diretor Gerente
Eurico Ramos Fabri

Diretor Geral
José Sergio Bordin

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2017 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3